

Diário Notícias

08-09-2016

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 56361**Temática:** Sociedade**Dimensão:** 1279 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/2

Juíza do Supremo acusa Estado de entupir tribunais

Fisco. A juíza conselheira Dulce Neto, vice-presidente do Supremo Tribunal Administrativo, arrasa o comportamento das Finanças, que “estão cegas de mais na tentativa de arrecadar receita, deixando empresas e famílias exauridas”. **DN+** PÁG. 2

DN+ Magistrada critica decisões do fisco



Presidente foi "dar estímulo" aos procuradores que investigam Salgado e Sócrates

VISITA Uma semana depois de ter defendido um pacto para a Justiça, o Presidente da República dedicou o dia ao setor. Disse, por exemplo, estar "muito empenhado" no funcionamento da investigação criminal. Marcelo Rebelo de Sousa visitou o Departamento Central de Investigação e Ação Penal

(a seguir esteve numa conferência da Associação dos Juizes Portugueses, na foto), onde correu, por exemplo, os processos de José Sócrates e de Ricardo Salgado, ex-presidente do BES. Disse aos jornalistas ter visto as condições de trabalho e dado "estímulo e apoio" aos procuradores.

Juíza acusa Finanças de arrastar processos perdidos

Justiça. Vice-presidente do STA arrasou comportamento do fisco nos processos fiscais. Já Marcelo alertou: ou há pacto ou o "bloco central de interesses" mantém a situação "pantanososa"

CARLOS RODRIGUES LIMA

A juíza conselheira Dulce Neto, vice-presidente do Supremo Tribunal Administrativo (STA), descreveu ontem um cenário de terror na relação entre a administração fiscal e os contribuintes. Segundo a magistrada, as Finanças arrastam proposadamente processos tributários com recursos quando é muito provável que essas ações venham a ser decididas a favor do contribuinte. "A administração fiscal está cega de mais na tentativa de arrecadar receita, deixando empresas e famílias exauridas", declarou Dulce Neto, durante uma conferência promovida pela Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP).

Numa intervenção muito aplaudida pela plateia que seguia o encontro, patrocinado pela Presidência da República, a juíza conselheira afir-

mou que, nos litígios com os contribuintes, a administração fiscal acaba por contribuir para a "elevada litigância" nos tribunais, provocando até mais despesa ao Estado com o pagamento de custas e, no final do processo, com a condenação a juros indemnizatórios, com o único "propósito de dilatar no tempo a devolução ao contribuinte". Nestes processos estão, segundo o DN soube, casos em que, por exemplo, o STA já tem abundante jurisprudência a favor do contribuinte sobre a questão em concreto, mas o fisco decide recorrer até à última das últimas decisões.

Para isto, segundo Dulce Neto, tem contribuído a sucessiva informatização dos serviços tributários, a qual melhorou a eficiência da máquina fiscal mas que "é potenciadora de erros e ilegalidades, que os tribunais são chamados a resolver". Daí a juíza conselheira ter revelado perplexidade pelo facto de

o Estado "investir na máquina" de cobrança, mas não fazer o mesmo para quem "controla a legalidade", os tribunais, o que, na sua opinião, faz que seja uma "ilusão falar em garantias do contribuinte".

Para ilustrar o seu raciocínio, a magistrada recorreu aos números

"O FISCO ESTÁ CADA VEZ MAIS AGRESSIVO, ATROPELANDO OS DIREITOS DOS CONTRIBUINTES"

DULCE NETO
 JUÍZA CONSELHEIRA
 E VICE-PRESIDENTE DO STA



dos processos fiscais: na primeira instância tributária, existem 53 129 para 76 juizes; na segunda instância, os tribunais centrais administrativos de Lisboa e do Porto, estão pendentes 3910 processos nas mãos de 14 juizes. Por fim, no STA, há 831 processos distribuídos por nove juizes conselheiros. Passemos ao volume: em dezembro de 2011, os processos nos tribunais tributários "valiam" 7,2 mil milhões de euros, que estavam a ser discutidos entre o fisco e particulares e empresas. Aquele número subiu para 8,2 mil milhões em dezembro do ano passado. "A máquina fiscal está cada vez mais agressiva, atropelando demasiadas vezes os direitos dos contribuintes", sentenciou Dulce Neto, na sua intervenção.

Pacto ou "pântano"
 Depois de ter lançado o desafio para um "pacto" entre os agentes

da justiça, o Presidente da República dramatizou o discurso, dizendo que os "parceiros da justiça" trabalham no sentido das "convergências" e mobilizam os partidos políticos e o Parlamento ou o chamado "bloco central de interesses" acaba "por inviabilizar o que é preciso fazer na justiça". E isto, segundo Marcelo Rebelo de Sousa, "é o pior que pode acontecer". Porque aquele "bloco central de interesses" pretende que "nada mude, que fique tudo tão ou mais pantanoso".

No encerramento da conferência "Que Justiça Queremos?" da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Marcelo Rebelo de Sousa reiterou o apelo que havia feito na abertura do ano judicial, deixando claro que não pretende um acordo a curto prazo, admitindo mesmo que este demore. E, tal como o DN adiantou ontem, a falta de funcionários parece, a partida, um ponto gerador de consenso. O Presidente considerou que a reclamação de meios humanos e materiais até é "positiva", porque se está a apontar um conjunto de "condições importantes" para haver a convergência entre as profissões jurídicas.

Marcelo não deixou passar a ocasião para deixar alguns recados. Na opinião do Presidente da República, o cidadão comum raras vezes encontra explicações ou esclarecimentos "correspondentes a uma pedagogia informativa e formativa, cuja omissão é uma das pechas antigas do nosso sistema judicial democrático". Mas acaba por ver magistrados, a título individual, a dar explicações sobre as polémicas do momento. Para o Presidente, as magistraturas cometem um erro ao "acreditar que magistraturas ou magistrados podem, sem custos a prazo, ombrear na arena pública com personagens ou instituições políticas, económicas e sociais cujo *modus operandi* passa necessariamente pela crónica exposição à opinião pública".

Já a ministra da Justiça, Francisca van Dunem, refutou a ideia de que existe um subfinanciamento da Justiça em Portugal, dizendo que uma análise comparativa da despesa pública alocada ao serviço de justiça nos países do Conselho da Europa mostra que Portugal se situa na média, com 2,2 pontos percentuais, percentagem igual à da Suécia, muito próxima da dos Países Baixos (2%) e superior à apresentada por Alemanha, França ou Reino Unido.

"Isso não significa que não vamos fazer esforços para melhorar a capacidade financeira do sistema", contrapôs a ministra, adiantando ser também preciso haver um esforço para "gastar melhor", trabalho esse que "está a ser feito", tendo dito que espera não ter cortes orçamentais em 2017 no seu ministério.